

O GLOBO E O GOLPISMO ATÁVICO: ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE GOLPES POLÍTICOS NA CAPA DO JORNAL¹

O GLOBO AND THE ATAVISTIC COUP: AN ANALYSIS OF THE DISCOURSE ON POLITICAL COUPS ON THE COVER OF THIS NEWSPAPER

Luciano S. R. DIAS²
Universidade Federal Fluminense | Brasil

Resumo

O presente artigo analisa o discurso jornalístico no suporte primeira página de O Globo. Parte de três teorias do jornalismo e, orientado pelos conceitos da Análise de Discurso de Pêcheux e Orlandi, refaz o percurso discursivo dos sentidos produzidos pela palavra "golpe" de 1964 a 2023. Nesse trajeto, pela bússola da memória, da história e da linguagem, são revistas a disputa de fontes por espaço no discurso jornalístico. Observando o deslizamento dos sentidos da expressão "golpe" em condições de produção diversas, tentamos mostrar que a não presença de ideologia no discurso do (sujeito) jornal é uma ilusão desse no campo jornalístico.

Palavras-chave

Discurso jornalístico, Análise de Discurso, Teorias do jornalismo, Ideologia, Memória.

Abstract

This article analyzes the discourse of journalism on the front page of O Globo. It starts from three theories of journalism and, guided by the concepts of Discourse Analysis by Pêcheux and Orlandi, retraces the discursive path of the meanings produced by the word "coup" from 1964 to 2023. In this journey, through the compass of memory, history and the language, we review the dispute between sources for space in journalistic discourse. By observing the sliding of the meanings of the expression "coup" in different conditions of production, we try to show that the non-presence of ideology in the discourse of the newspaper (subject) is an illusion in the journalistic field.

Keywords

Journalistic discourse, Discourse Analysis, Theories of journalism, Ideology, Memory.

RECEBIDO EM 01 DE OUTUBRO DE 2024
ACEITO EM 26 DE DEZEMBRO DE 2024

¹ Artigo sobre o mesmo tema e objeto foi apresentado no Alaic Nacional 2024

² Mestre e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC-UFF). Graduado em jornalismo e cinema pela UFF.

Introdução

As teorias do jornalismo estruturalista e interacionista sublinham, em grau maior ou menor, o poder de fontes em influenciar na construção da notícia. Cultura e ideologia são conceitos aplicados por Nelson Traquina (2005) para colocar as duas teorias em oposição à visão instrumentalista da notícia. A maneira com essas teorias “micro e macro-sociológicas” veem o enquadramento dos acontecimentos por meio de seleção, exclusão e acentuação como um processo de reconstrução da realidade na produção de notícias também é ressaltada pelo autor estadunidense. No trabalho de delimitar as ideias dos estruturalistas e dos interacionistas, Traquina as põem em linha com a pesquisa de Warren Breed (1955), identificado-as, em parte, com a teoria organizacional, e apontando o processo de sujeição, por “osmose”, dos novos jornalistas às regras definidas pelo jornal como perspectiva comum às três³.

Esses traços das três teorias pincelados servem para aproximá-las da pesquisa do autor deste artigo que, se debruçando sobre o método e a teoria da Análise de Discurso (doravante AD) de linha francesa, tenta compreender os dizeres jornalísticos para além da transparência da linguagem do discurso. O recorte espacial do estudo é o principal espaço de notícia do jornal: a primeira página impressa. Ao apontar agentes internos e externos como construtores de notícias, seja pela força que possuem ou por “osmose”, essas três teorias abrem espaço para incluir a ideia de ideologia no processo. As reflexões de Adelmo Genro Filho (1987) ao pensar teorias do jornalismo pelo prisma marxista auxiliam na pavimentação do caminho percorrido por este artigo. Em “O segredo da

³ Traquina (2005, p. 173), porém, afirma que teorias estruturalista e a interacionista são transorganizacionais pois defendem a perspectiva de que o jornalista iniciante “se integra por um processo de osmose não só numa organização, mas numa comunidade profissional”.

pirâmide”, o autor enxerga a ideologia e o político agindo na construção da notícia, sem deixar de reconhecer uma certa independência do jornalismo.

Embora o jornalismo expresse e reproduza a visão burguesa do mundo, ele possui características próprias enquanto forma de conhecimento social e ultrapassa, por sua potencialidade histórica concretamente colocada, a mera funcionalidade ao sistema capitalista (Genro Filho, 1987, p. 47).

A ideologia da qual Genro Filho se baseia difere, porém, das reflexões de Louis Althusser sobre o conceito. Na releitura do marxismo, o filósofo franco-argelino trabalha com as ideias de produtividade e materialidade na conceitualização de ideologia, essenciais na estruturação da Análise do Discurso feita por Michel Pêcheux. Assim, ao pensar o discurso como uma forma material da ideologia, que, ao mesmo tempo, interpela o sujeito (linguístico) e os constitui, Althusser prepara o terreno para Pêcheux construir uma das bases da AD.

A teoria e os métodos da AD e a série de conceitos desenvolvidos por Pêcheux foram usados por Dias (2021) em estudo das primeiras páginas de O Globo do dia 1º de abril, edição seguinte à efeméride do 31 de março, data oficial do golpe civil e militar de 1964, entre 1964 e 2019. A proposta é ampliar o olhar no tempo com análise do processo que resultou na queda de Dilma Rousseff, o governo de Jair Bolsonaro e o 08 de janeiro de 2023, data da invasão das sedes dos Três Poderes.

Esses fatos mais recentes são capítulos da história da República brasileira, coalhada de rupturas no processo político. O registro de golpes começa já na queda do Império para instalação da Primeira República, em 1889, e continua nas primeiras décadas deste século. As constantes quebras de regras constitucionais alimentam a hipótese da existência de um “golpismo atávico” (Napolitano e Ribeiro, 2017) no Brasil. “Utopias

O GLOBO E O GOLPISMO ATÁVICO: ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE GOLPES POLÍTICOS NA CAPA DO JORNAL

autoritárias” e “valores elitistas” e antidemocráticos são, segundo esses autores, elementos na composição do combustível usado por golpistas para ultrapassar os limites definidos pela Constituição. Na materialidade histórica da linguagem, a série de rupturas políticas também provoca abalos, deslizamentos de sentidos, seja pelo silenciamento ou pela substituição contextual. O sentido de golpe (e tentativa de) dado aos três acontecimentos – Golpe de 1964, Impeachment de 2016 e 08 de Janeiro de 2023 – no discurso sobre “golpismo atávico” (o discurso da Ciência Política) sofre deslizamento com uso de outras palavras. Na lista de Napolitano e Ribeiro, expressões como “proclamação”, “intentona”, “revolta”, “impeachment” e “revolução” surgem em disputa narrativa em discursos materializados nas capas do jornal.

Percurso metodológico

Os três acontecimentos da história política brasileira (Golpe de 1964, Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e 08.01.2022) recortam e constroem o percurso narrativo deste artigo cujo objetivo é, a partir das análises do discurso do jornal, verificar como esses discursos, atravessados por memória (discursiva) de golpes, se constituem e produzem sentido no deslocamento do sujeito (jornal), interpelado por ideologia, em dada temporalidade-espaco-social.

Nesse sentido, acompanhar a presença, o silenciamento e as substituições da palavra “golpe” no recorte entre as edições de abril de 1964 e janeiro de 2023 é parte do desenho metodológico deste artigo. O contorno ganha materialidade no corpus, formado por sequência de dizeres (e não dizeres) nas chamadas de capas do Jornal O Globo, escolhidas estrategicamente a partir de ampla pesquisa no acervo do periódico aberto a

assinantes do jornal⁴. A abordagem qualitativa (na seleção dos textos) e a interpretativa adotada, fundamentada nos princípios teóricos de Michel Pêcheux e nos estudos de Eni Orlandi, busca tornar visível a historicidade do texto e observar a relação de sentidos que aí se estabelece, em função do efeito de unidade do discurso (Orlandi, 2007, p.173).

As teorias e as ideologias

Entre as teorias do jornalismo, duas delas, a estruturalista e a interacionista, se aproximam ao mostrar como o poder de fontes oficiais influencia no processo de construção de notícias (Traquina, 2005). A força de atuação do sujeito outro (fonte) e a intensidade da interferência separaram as duas e as fazem correr por leitões distintos. Enquanto a teoria estruturalista se caracteriza pelo “determinismo excessivo”, ao defender a existência de controle quase total dos “definidores primários” sobre as redações e uma relação unidirecional da fonte para o jornalista, a interacionista reconhece a lógica própria do campo jornalístico e o vê como espaço (e tempo) alvo de estratégia de fontes na tentativa de se impor à agenda jornalística e “fazer passar os seus enquadramentos na luta simbólica em torno do processo de significação” (Traquina, 2005, p. 200).

Respeitando a densidade de cada uma das duas teorias, há uma brecha para afirmar que a disputa em torno do processo de significação é ideológica (e regida por ideologias). Em outras palavras, quanto mais o discurso da fonte for simétrico ideologicamente à política da redação mais facilmente será a interação entre ela e o jornalista. Nesse sentido, as teorias estruturalista e interacionista desaguam na subjetividade dos fatos. Um mar no qual os fatos, como afirma Genro Filho (1987, p. 49), “por pertencerem à dimensão histórico-social, *não são puramente objetivos*” (grifos do autor).

⁴ Acervo O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo,8555063,66>. Acesso em: 17 dez. 2024.

O GLOBO E O GOLPISMO ATÁVICO: ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE GOLPES POLÍTICOS NA CAPA DO JORNAL

Ao ocupar a função (o lugar) do jornalista dentro de um jornal, o profissional será submetido a regras da política da instituição (Breed). Uma política “velada”, definida “como uma orientação mais ou menos consistente mostrada por um jornal, não apenas em seu editorial, mas também em suas colunas de notícias e manchetes, em relação a questões e eventos selecionados” (Breed, 1955, p. 327, tradução nossa)⁵. No estudo seminal de Breed, observa-se que o assujeitamento às regras da redação é feito sutilmente de maneira que, no entender dos jornalistas entrevistados pelo pesquisador, as regras são interiorizadas por “osmose”. O processo de incorporação e aprendizagem de políticas ocorre, segundo o sociólogo estadunidense, diante de condições específicas⁶ que contribuem para o conformismo. A pesquisa de Breed, que serve de base para a teoria organizacional, apresenta o controle social com função dupla. Ao mesmo tempo que cristaliza o aprendizado prevê e pune com a “delicadeza” os possíveis desvios.

As teorias do jornalismo elencadas detectam um controle interno e/ou externo sobre o fazer jornalismo, seja pelo “*publisher*”, por “definidores primários” ou pela “ideologia dominante”. Ou seja, o sujeito do discurso jornalístico (e do discurso do jornal) é interpelado pela ideologia de sujeitos específicos (jornal ou fonte) ou da ideologia (dominante) do Estado. Nesse sentido, a relação entre a ideologia dominante e as diversas ideologias especializadas (das fontes e do jornal) no processo de construção de notícias percebidas por pelo menos uma dessas teorias é um dos pontos principais

⁵ “Policy” may be defined as the more or less consistent orientation shown by a paper, not only in its editorial but in its news columns and headlines as well, concerning selected issues and events.

⁶ 1- autoridade institucional e sanções; 2 - sentimentos de obrigação e estima para com os superiores; 3 - aspirações de mobilidade; 4 - Ausência de grupos de lealdade em conflito (Breed se refere ao sindicato NewsGuild-CWA, que, segundo o autor, por mais que deseje, não interfere em assuntos internos, como política); 5 - O prazer de realizar a atividade; e 6 - a notícia torna-se um valor (Breed, 1955, p. 329-331)

das ideias de Louis Althusser (1980) e seu grupo, pensadas a partir da releitura do marxismo.

O filósofo argelino-francês formulou uma série de ideias sobre a ideologia nas quais Michel Pêcheux aplicou no desenvolvimento de conceitos da Análise de Discurso. Segundo Althusser, o Estado é uma combinação de um aparelho do Estado e de um conjunto de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). O primeiro é de caráter repressivo e dominado pela classe que detém o poder do Estado, o lugar da ideologia dominante. O AIE é um conjunto de “instituições distintas e especializadas”, a exemplo da imprensa, da família, das igrejas etc (Althusser, 1980, p. 45). Desse modo, existem a ideologia dominante do aparelho do Estado e as ideologias que são realizadas nos AIE, que são o lugar e o meio da disputa de classes.

A ideologia, para Althusser, tem uma existência material que se manifesta em ato e práticas materiais, em síntese, numa multiplicidade de modos. O sujeito humano descentrado, interpelado pela ideologia é outra ideia central de Althusser que, para construir sua teoria, acessou também conceitos da psicanálise freudo-lacaniana. A noção de imaginário, tomado de empréstimo à psicanálise lacaniana, vai provocar o deslocamento em relação à sua concepção no interior da tradição marxista. Althusser vai dar à ideologia um caráter positivo, comparada a definição “negativa” dada pelo marxismo. Na leitura que faz de *A ideologia alemã*, o autor identifica a concepção de ideologia de Marx como “pura ilusão, puro sonho, isto é, nada” (Althusser, 1980, p. 72). Ideologia para Althusser é tida como construtora daquilo que cada sujeito toma para si enquanto realidade. Em outras palavras, uma realidade produzida pela ideologia no imaginário do sujeito.

A AD

A simetria entre os conceitos da AD e as ideias althusserianas é ampla e perpassa o tripé teórico da própria teoria pecheutiana: a linguística

(língua), o materialismo histórico (história e ideologia) e a psicanálise (inconsciente). A ideologia como construtora da realidade do sujeito e a descentralização desse sujeito (linguístico), afetado, sem o seu controle, pelo real da língua e da história (Orlandi, 2015, p. 18), são fundamentais para AD e dentro da proposta de aproximar a análise de discurso jornalístico (e do jornal) e as teorias do jornalismo destacadas deste artigo. Ser interpelado pela ideologia e afetado pelo real da língua e pelo real da história, porém, não põem o sujeito subjugado a um “determinismo excessivo”.

Apreender até o seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto que o ritual se estilhaça no lapso [...] (Pêcheux, 2014, p.277).

Pêcheux (2014) ao ver a ideologia como um ritual e por isso ter falhas, considera impossível o assujeitamento perfeito. As “quebras de rituais” que rompem “círculos de repetição” podem ser lidas como espaço de resistência dentro do campo (linguístico) jornalístico. São brechas para o sujeito jornalista tentar impor seu discurso ou mesmo ser relevante na construção do discurso jornalístico materializado em suportes dos media. Conceitos da AD sustentam a argumentação:

Condições de produção: As condições de produção, segundo Orlandi (2015), compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação, sendo que em sentido estrito remetem para as condições de enunciação, ou seja, o contexto imediato. “Em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.” (Orlandi, 2015, p. 28).

Formação Discursiva: A FD se define como aquilo que numa Formação Ideológica (FI) dada determina o que pode ser dito. Segundo Orlandi (2015), as FDs são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. É através das FDs que compreendemos os

diferentes sentidos de uma palavra, como “golpe”. Uma mesma expressão pode ter significados distintos conforme a FD que está inscrita.

Silêncio: Orlandi (2007, p. 81) afirma que há duas formas de silêncio: o fundador, “que pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar” (...) um silêncio que “faz com que o dizer signifique”; e o silenciamento (política de silêncio). Esse se divide em dois: o “silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outras palavras” (se digo “terrorismo” ou “golpismo” não digo “golpe”); e o “silêncio local, que é a censura, aquilo que é ‘proibido dizer em uma certa conjuntura”.

Análise do Discurso das capas do Globo

Teoria e método, para Pêcheux, são inseparáveis, não sendo possível construir um método sem uma teoria. Desse modo, as pesquisas de AD são essencialmente qualitativas-interpretativas. O presente artigo, porém, analisa discursos sobre o golpe em recortes que mapeia a presença do termo “golpe” se referindo ao fato do 31 de março de 1964 nas capas do jornal O Globo entre 1964 e 2023: as edições de 1º de abril de 1964 a 2022; processo oficialmente designado “impeachment” de Dilma Rousseff; o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022); e o 8 de janeiro de 2023. Nos três últimos períodos (Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro e 08 de janeiro) foram pesquisadas todas as primeiras páginas. Nesse sentido, o corpus do artigo é o percurso da palavra “golpe” - ou o seu silenciamento - no espaço primeira página de O Globo em recortes de tempo marcados por fatos históricos e memórias desses com relevância para ocupar a capa do jornal.

No acervo do jornal, há uma página branca com um texto sobre o motivo da não-edição: “Na noite de 31 de março de 1964, O Globo foi invadido por fuzileiros navais comandados pelo Almirante Cândido Aragão,

O GLOBO E O GOLPISMO ATÁVICO: ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE GOLPES POLÍTICOS NA CAPA DO JORNAL

do “dispositivo militar” de Jango, como se dizia na época. O jornal não pôde circular em 1º de abril...” (O Globo, 01 abr. 1964, p. 1) . Na edição do dia 2 de abril, o jornal se posiciona favorável à “revolução” e silencia o termo “golpe” na manchete “Fugiu Goulart e a democracia está sendo restabelecida”, na chamada “Castelo Branco advertira os comandos: As Forças Armadas São Para Defender a Lei e Não a Baderna” e no editorial “Ressurge a democracia”. Os discursos são das mesmas formações discursivas de defesa do golpe, relacionadas à mesma formação ideológica (FI), com o discurso militar em heterogeneidade mostrada na segunda chamada. Ou seja, no discurso do jornal e do militar, nota-se a mesma “visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo” (Fiorin, 2011, p. 22).

A análise de Dias (2021) considera que a harmonia entre o discurso do sujeito jornal e do sujeito militar ocorre em conjuntura política cravada pelo maniqueísmo da Guerra Fria. Estados Unidos e União Soviética, duas potências nucleares e econômicas, dividiram o planeta entre capitalismo e comunismo. A ideologia das Forças Armadas materializada no discurso militar na capa do jornal reproduz a tensão entre os dois blocos.

O silêncio na primeira página se manteve mesmo após o fim da ditadura. A efeméride do aniversário do golpe, constante durante o regime militar, foi suprimida da capa de 1º de abril entre 1985 e 1995. Durante esse hiato, os sujeitos dos discursos em defesa do golpe militar foram se posicionando diante de uma nova conjuntura sócio-histórica dada após o fim do quinto governo militar. A presença da palavra “revolução” foi filtrada, em conjuntura representada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, em uma FI democrática e liberal. O termo “golpe” não ocupou espaço na principal página do jornal em edições seguintes à efemeridade. Naquele momento pós regime militar, O Globo preferiu expressões com sentido superficialmente “imparcial”, na mesma FI do governo. Em 1995,

um número fez o sentido do 31 de março deslizar do efeito “positivo” de “revolução” para o “neutro”: “**Militares** não comemoram **1964** em atenção a FH (página 3)” (O Globo, 1º abr. 1995, p. 1, grifo nosso).

Somente em 2004, pela primeira vez após 1964, a capa do jornal da edição de em edição de 1º de abril traz o termo “golpe” dando sentido de ato inconstitucional ao fato ocorrido em 31 de março de 1964. O eco das quatro décadas de silêncio é parte do dizer do discurso do sujeito jornal legitimando o discurso do sujeito militar (Dias, 2021). A ressalva do silêncio local (Orlandi, 2007), provocado pela imposição de uma censura, a princípio, pode criar a ilusão de que o discurso, durante os 21 anos de ditadura, é formulado apenas pelo sujeito militar, com o *definidor primário*, na perspectiva da teoria estruturalista. O silêncio constitutivo de dizer a palavra “revolução”, “1964” ou “movimento” e apagar a expressão “golpe” ou silenciá-la não materializando discurso com a versão reconhecida pelo discurso da História⁷ retira parte do peso da ditadura como sujeito *definidor primário*.

O termo “golpe”, em 2004, surge na capa do jornal com sentido histórico em decorrência de fatores, a começar pelo trabalho jornalístico sobre um fato externo determinante na deposição de Goulart, o apoio dos Estados Unidos à ação dos militares. O discurso do sujeito jornalista, revelando a falha no assujeitamento, ocorre, porém, em condições de produção distintas na história do país. O Estado, no primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, estava sob nova conjuntura política e econômica, além do fato do golpe estar completando 40 anos.

Golpe de 64: Casa Branca ofereceu ajuda por telefone – **Documento** obtido pelo Globo mostra que no dia do **golpe militar de 1964** o presidente Lyndon Johnson, dos Estados Unidos, ouviu um relato por telefone sobre a **movimentação**

⁷ Em 1985, foi publicada em livro e relatório a pesquisa “Brasil: nunca mais”, a mais ampla já realizada pela sociedade civil sobre a tortura política no país durante a ditadura militar. <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

O GLOBO E O GOLPISMO ATÁVICO: ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE GOLPES POLÍTICOS NA CAPA DO JORNAL

dos militares brasileiros e quis saber quantos governadores estavam aderindo. “Devemos estar preparados para qualquer coisa que precisamos fazer [...] Não podemos aceitar isto (a derrota **da revolução**)”, concluiu Johnson. [...] O **presidente Lula** disse ontem que considera o golpe de 64 uma etapa encerrada e que seu desafio é consolidar a **democracia**. (O Globo, 1º abr. 2014, p. 1, grifos nossos).

Em 2006, a tensão entre dois discursos, favorável e contrário ao 31 de março, traz para manchete o aniversário do fato histórico, pela primeira vez desde 1984: “**Comandante exalta golpe de 1964 e ministro reage: “Equívocos fazem parte da História”, diz Pires, novo titular da Defesa**” (O Globo, 2006, p. 01, grifos meus). O choque ideológico entre o discurso militar e o discurso do governo é colocado aparentemente de forma equilibrada na tentativa do (discurso do) jornal se pôr de forma “isenta”. O discurso do jornal abre espaço para o dizer militar e o dizer do governo, esse um *definidor primário*, de FI de esquerda, e põe, atravessado pela (própria) memória, o discurso militar como notícia e o discurso do governo como reação. A formulação do dizer também está em confluência com a memória revista e reconstruída no discurso da História ao usar “golpe de 1964” para definir o quê “o comandante exalta”.

Na década seguinte⁸, dois eventos provocam o ressurgimento da palavra *golpe* na capa de O Globo associada ao 31 de março de 1964. A efeméride das cinco décadas da derrubada de Goulart é o tema da série de reportagens com o selo “50 ANOS DO GOLPE”: publicada em 16, 22, 23, 24, 26, 30 de março e primeiro, 2 e 3 de abril⁹ de 2014. Seis meses antes do cinquentenário do golpe e três meses após os protestos de

⁸ Anteriormente, em 1º de abril de 2011, o discurso sobre o golpe fica restrito à ironia da charge de Chico Caruso menciona o fato histórico de 31 de março de 1964 e ressuscita a palavra “revolução”: “Em comemoração à revolução de 64, uma pausa nas pilhérias: o chargista saiu de férias”. A ambiguidade da ironia será discutida mais à frente.

⁹ A expressão está também em duas outras primeiras páginas, não como marca editorial, mas diluída no texto, nos dias 17 e 26 de abril de 2014. (Dias, 2021, p. 217).

Junho de 2013¹⁰, o *Projeto Memória*, lançado em primeiro de setembro de 2013 com três destaques em chamada no alto da primeira página, materializa o deslocamento do (sujeito) jornal para a posição “crítica” já ocupada pelo discurso da História. Um deles trata do apoio do jornal ao golpe e aos governantes militares: “ERROS – Apoio editorial ao golpe foi um equívoco: À luz da História, as Organizações Globo concluíram que foi um erro aquele apoio”.

Em 2016, com processo para destituir Dilma Rousseff da Presidência, a palavra “golpe” ganha novo sentido em disputa pela discursividade. Entre novembro de 2015 e setembro de 2016¹¹, o termo passa a ser usado em oposição à “impeachment”, um como sentido de legalidade (impeachment) e outro de ilegalidade (golpe) do processo que resultou na queda de Dilma e na posse do vice-presidente, Michel Temer. A nova conjuntura e o descolamento dos sujeitos nesse novo cenário, de crise econômica e política, o termo “golpe”, usado pelo governo para desqualificar o processo contra Dilma Rousseff, emerge na capa com o mesmo efeito de sentido de ilegalidade dado ao fato histórico de 31 de março de 1964. Se a censura, imposta pelo governo militar, legitimou o silenciamento do termo durante 21 anos na primeira página e deu ares de local ao silêncio que também era constitutivo, a posição de *definidor primário* do sujeito governo (fonte) em 2016, cujo discurso tenta desqualificar o processo reconhecido pela oposição e pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como legal, mesmo sendo interpelado por ideologia

¹⁰ Junho de 2013 foi marcado por uma série de protestos envolvendo milhares de pessoas nas principais cidades do país. As manifestações começaram por causa de aumento de passagens do transporte público, ganharam espaço nas ruas e nas redes sociais e foram tomados por pautas difusas, permeadas pelo sentimento antiestablishment.

¹¹ O processo começou em 2 de dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acolheu um dos pedidos de impeachment contra Dilma Rousseff, e terminou dia 31 de agosto de 2016, com o Senado Federal aprovando o pedido de impeachment e afastando definitivamente a presidente do cargo. A pesquisa se estendeu um mês antes do início e um mês após o fim do processo.

O GLOBO E O GOLPISMO ATÁVICO: ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE GOLPES POLÍTICOS NA CAPA DO JORNAL

distinta a do (sujeito) jornal, vai abrir espaço para o dizer “golpe” na capa. O discurso do jornal materializado na primeira página vai visibilizar o discurso de Dilma e de aliados, calcado na ilusão da isenção, sentidos que acredita produzir para o (seu) leitor. Ou como afirma Orlandi (2015, p. 49-50) , se levarmos em conta a ideologia na produção de sentidos, apreendemos que a ilusão “está na base do estatuto primitivo da literalidade” e que o sentido “é produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeito na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder.”

Então, sob a ótica da AD, o sentido de ilegalidade que a expressão “golpe” dá ao processo é, no discurso impresso na primeira página (suporte) (ver Figura 1), deslizado para a própria ideia de “impeachment” ser ilegal. O discurso de ironia, que usa ambiguidade como estratégia (Benetti, 2007), é uma das formas de desidratar a tese de golpe. A figura de linguagem está em legenda de charge de Chico Caruso¹² e nas chamadas editoriais¹³ e das colunas de Zuenir Ventura¹⁴ e Artur Xexéo¹⁵. Discurso feito diretamente para leitor, na condição de sujeito simétrico ao jornal, condição para o efeito de sentido acontecer.

O sentido (da expressão irônica) não reside “na palavra”, e sim é construído na ação dos sujeitos que participam da práxis discursiva. A formação dos sentidos depende, portanto, do que constitui esses sujeitos em termos de imaginário, ideologia, posicionamento e inscrição histórica, cultural e social. [...] Estamos imersos em uma ilusão de literalidade, e o jornalismo é um dos campos em que a linguagem mais exerce essa ilusão. (Benetti, 2007, p, 40).

¹² “Não vai ter golpe!”; “Então vai ter o quê?” ; “E eu sei?” (O Globo, 01 abr. 2016, p. 01)

¹³ “As duas faces de Dilma em NY” (O Globo, 23 abr. 2016, p. 01); “Ela (Dilma) só fala no impeachment (O Globo, 02 abr. 2016, p. 01). Em ambos os casos, a palavra “golpe” surge no texto da chamada.

¹⁴ “Só aqui golpe tem acordão” (O Globo, 01 set. 2016, p. 01)

¹⁵ “A democracia, o tal golpe e os artistas” (O Globo, 01 abr. 2016, p. 01)

Figura 01: O Globo, 1º abr. 2016



Fonte: Acervo de O Globo.

A próxima vez que a palavra-objeto ressurge na capa do jornal no dia 1º de abril é em 2019, no governo de Jair Bolsonaro. A chamada de pé de página destaca discurso favorável ao golpe militar compartilhado por canal de comunicação da presidência com a imprensa: “Planalto divulga vídeo que exalta Golpe de 1964”¹⁶. Durante os quatro anos da era Bolsonaro, além dessa primeira citação, outras 22 capas trazem “golpe” em chamadas relacionadas à política nas primeiras páginas de O Globo. Em 12 delas, a palavra aparece em chamada de coluna. Em duas edições, “golpe” está exclusivamente em discurso de humor: em charge de Chico Caruso¹⁷ e na chamada da coluna “Sensacionalista”¹⁸. Duas

¹⁶ Planalto divulga vídeo que exalta **Golpe de 1964 - No aniversário** do Golpe de 1964, o **Palácio do Planalto** compartilhou ontem um vídeo segundo o qual o **Exército, naquela ocasião, “salvou” o Brasil**. O material foi encaminhado a **jornalistas**, via aplicativo de celular, por um telefone da **Secretaria de Comunicação da Presidência**. (O Globo, 01. abr. 2019, p. 1, grifos nossos).

¹⁷ Charge do Chico Caruso mostra 14 “Bolsonaros” marchando de terno e gravata azuis e camisa branca, com a legenda: “Entreouvados na marcha dos acontecimentos. *Pode ser golpe de vista, mas esse exército é golpista!*” (O Globo, 28 maio 2021, p. 01, grifo do autor).

¹⁸ SERVIÇO PATRIÓTICO: O que abre e o que fecha no golpe de 7 de setembro (O Globo, 29 ago. 2021, p. 01)

O GLOBO E O GOLPISMO ATÁVICO: ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE GOLPES POLÍTICOS NA CAPA DO JORNAL

edições de 1º abril, além da capa de 2019, trouxeram “golpe” na primeira página: 2021¹⁹ e 2022²⁰.

No período do governo de Bolsonaro, o deslocamento do sujeito jornal ocorre em compasso com nova conjuntura política-econômica, iniciada pela mudança no comando do Executivo com a posse do vice-presidente Michel Temer, político filiado ao PMDB, partido de direita (Scheeffler, 2018) e por medidas liberais na área econômica. A mudança de posições continua com o próprio deslocamento do sujeito militar, que volta a assumir a posição de governo e vai trazer para si o discurso da liberdade de expressão para legitimar tanto o 31 de março de 1964 quanto o novo regime comandado, no Executivo, por dois militares da reserva: o presidente Jair Bolsonaro e o vice Hamilton Mourão, com patentes de capitão e general, respectivamente. Um lugar entre a tensão do golpe de 1964 e o “não golpe” de 2016, o primeiro como memória materializada em discurso da História, sendo atacada para ser revista, e o segundo ainda em disputa (“golpe” x “impeachment”). Essa resgata simbolicamente para o presente uma posição do jornal nos anos 1960, 1970 e 1980 revista oficialmente pelo jornal em 2013.

Entre as 22 citações, 15 sugerem, de alguma forma, a construção de um golpe, sentido materializado em títulos e frases, a exemplo de: “Míriam Leitão: Que democracia permite ao governo celebrar um golpe militar?” (O Globo, 01 abr. 2021, p. 1); Chico Caruso: “Pode ser golpe de vista, mas esse exército é golpista!” (O Globo, 28 maio 2021, p. 1); “Merval Pereira: Assombração esquerdista não justifica golpe” (O Globo, 06 jun. 2021, p. 1); “A chance de o gesto dos chefes militares ser lido como risco de golpe, respondeu: “Homem armado não ameaça. Não vamos ficar aqui ameaçando²¹” (O Globo, 09 jul. 2021, p.1); “SERVIÇO

¹⁹ Que democracia permite ao governo celebrar um golpe militar?”(O Globo, 01 abr. 2021, p. 01), da coluna de Míriam Leitão.

²⁰ MPF pede remoção de nota com elogios ao Golpe de 64”(O Globo, 01 abr. 2021, p. 01)

²¹ O autor da frase é o então comandante da Aeronáutica, Carlos Alberto Baptista Jr.

PATRIÓTICO: O que abre e o que fecha no golpe de 7 de setembro” (O Globo, 29 ago. 2021, p.1); “Malu Gaspar: Campanha está com um olho na urna e outro no golpe” (O Globo, 27 out. 2022, p. 1).

Nesse mesmo sentido, Dias e Mendes (2021) defendem que a construção do “golpe” dentro do governo Bolsonaro começou antes pelas redes e foi oficialmente anunciado na “memoração” do ato de 1964, em 2019, mais especificamente no vídeo divulgado por perfil do Planalto²².

‘O Exército nos salvou. O Exército nos salvou.’ A frase repetida duas vezes em tom enfático tem a função de solidificar a mensagem de que o Exército foi heroico. ‘Não há como negar’. E amarra a ideia central com uma mensagem que se antecipa a opiniões contrárias: ‘E tudo isso aconteceu num dia normal como o de hoje, um 31 de março. Não dá para mudar a história’. O discurso volta a costurar a história vivida no cotidiano, por meio do depoimento de quem a testemunhou, à História concreta (ciência). E cola o 31 de março do passado com o vivido 55 anos depois, no governo Bolsonaro (Mendes e Dias, 2021).

A invasão das sedes dos três poderes em Brasília fez emergir a palavra “golpe” na capa do jornal, sob nova conjuntura política: fim do governo de extrema direita de Bolsonaro e início do terceiro governo de Lula. Período com divisão profunda entre eleitores do PT e antipetistas e bolsonaristas²³, que configura uma nova Guerra Fria, na perspectiva de militares²⁴ (Pinto, 2019) e de parte dos eleitores²⁵. O termo “golpe” está

²² O vídeo divulgado pelo perfil do WhatsApp do Palácio do Planalto está em plataformas digitais. Casa da Democracia. Governo envia vídeo em defesa do golpe de 1964. Youtube, 31 mar. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WhNGEt3CWGM&t=2s>. Acesso em: 23. fev. 2023.

²³ Os números finais das eleições presidenciais de 2022 traduzem a divisão entre eleitores de Lula e de Bolsonaro, com 50,90% e 49,10% dos votos válidos, segundo dados finais do Tribunal Superior Eleitoral. **100% das seções totalizadas**. TSE, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/100-das-secoes-totalizadas-confira-como-ficou-o-quadro-eleitoral-apos-o-2o-turno>. Acesso em: 25 fev. 2023

²⁴ No texto de discussão assinado por Eduardo Costa Pinto, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ideias do general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, fortemente influenciadas pelos neoconservadores dos EUA e pela “teoria da guerra revolucionária”, influenciaram o presidente Bolsonaro (e o vice Hamilton Mourão), seus ministros ditos ideológicos e núcleo militar. Coutinho em seus

O GLOBO E O GOLPISMO ATÁVICO: ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE GOLPES POLÍTICOS NA CAPA DO JORNAL

em chamada de três das sete capas na semana analisada, de 09 a 15 de janeiro. Dos três discursos com o termo “golpe”, um surge na heterogeneidade marcada²⁶ materializada na manchete: “Polícia prende 1.500 e investiga financiadores de ato golpistas; Chefes dos Poderes e governadores endossam intervenção; **'Golpe não vai ter'**, diz Lula” (O Globo, 10 jan. 2023, p.1, grifo nosso). O discurso do (sujeito) governo no mesmo “lugar” de 2016, de alvo, mas em outra conjuntura sócio-histórica dada que o retira do isolamento. De FDs distintas vem o dizer do sujeito jornal materializado em títulos de duas outras edições: na manchete “RASCUNHO DO GOLPE: PF apreende na casa de ex-ministro da Justiça minuta de intervenção no TSE” (O Globo, 13 jan. 2023, p.1), “Lula crê que golpistas tiveram acesso facilitado” (O Globo, 13 jan. 2023, p.1); e na charge de Chico Caruso que mostra homem segurando placa onde está escrito “GOLPE”, identificado como “O ex-ministro da Justiça Anderson Torres”, por legenda dentro da imagem (O Globo, 14 jan. 2023, p.1)

A distinção entre as três chamadas está relacionada ao conceito de repetição histórica de Orlandi (2015), que historiciza o dizer e o sujeito. O repetível faz parte da memória constitutiva do sujeito. A frase de Lula é uma repetição do processo contra Dilma. Em 2016, os apoiadores da chefe do Executivo e políticos do PT usaram a expressão “Não vai ter golpe”. Parte dos chamados “golpistas” e/ou “terroristas” que invadiram a

livros defende que o comunismo não teria acabado com o fim da União Soviética e que os comunistas teriam configurando uma nova forma de Guerra Fria.

²⁵ Pesquisa o IPEC mostra que suposta temor de “ameaça comunista” continua em 2023. IORY, Nicolas e GOMES, Bianca. ‘Ameaça comunista’ ronda 44% dos Brasileiros. O Globo, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2023/03/pesquisa-ipecc-brasil-vive-risco-de-comunismo-com-lula-quase-metade-da-populacao-ve-ameaca-comunista.ghtml>. Acesso em: 19 mar. 2023.

²⁶ Segundo Authier-Revuz (1990) há duas heterogeneidade discursiva mostrada e heterogeneidade constitutiva, sendo a primeira dividida entre heterogeneidade mostrada marcada (ou explícita) e não marcada. Segundo o Dicionário de Análise do Discurso (Charaudeau, Maingueneau, 2020), a “heterogeneidade mostrada” corresponde à presença localizável de um discurso outro no fio do discurso”. Há formas marcadas (explícitas) e não marcadas, assinalada em discurso indireto livre, alusões, ironia, imitação, estereótipo, dentre outros (p. 261).

sede dos Três Poderes, além de ministros do Supremo e de políticos que acompanhavam o presidente no terceiro mandato, foram favoráveis ao processo contra a presidente petista. No discurso, Lula desloca o complemento nominal para o lugar de sujeito da frase e a atualiza retirando a referência ao “Não vai ter Copa” que inspirou o “Não vai ter golpe”. Em 2014, houve Copa e, em 2016, Temer ocupou o posto de Dilma. O “golpe” no discurso do jornal é uma repetição histórica do processo de construção do golpe de 1964, legitimado a ruptura constitucional como um “contrarrevolução” de uma suposta “revolução comunista” iminente²⁷. A memória (interdiscurso) vai ser atualizada em um momento no qual a democracia estava sendo ameaçada justamente por quem ainda se mantinha parcialmente no poder e não queria deixá-lo e que foi dito no “Rascunho do golpe”. A “ameaça à liberdade” da FD agora não é mais “comunista”, mas “fascista”.

O jornal usou dois outros grupos de palavras “terrorismo”, “terroristas” e “terror”; e “golpismo” e “golpistas” em um número maior de páginas: sete e seis, respectivamente. Os dois conjuntos de expressões põem o 8 de Janeiro como um ato ilegal, sem associá-lo à derrubada de Dilma Rousseff ou ao golpe de 1964. “Terrorismo” está ligado a ações com objetivo de “aterrorizar”, objetivamente e principalmente, autoridades que promovem “o terror”, e assim criar atalhos para tomada do poder (Bonanate, 1998, p. 1242).

Em resumo, a prática terrorista adapta-se a uma situação sócio-política particularmente atrasada, na qual é necessário despertar a consciência popular e fazer com que o povo passe do ressentimento passivo à luta ativa através daquele que poderia ser definido como um

²⁷ General Carlos Luiz Guedes, uma das liderança do golpe militar de 1964, lembrou em entrevista à imprensa como ordenou suas tropas: “As 2 horas da tarde, reuni oficiais e praças e declarei que, a partir daquele momento, a guarnição de Belo Horizonte se encontrava em estado, não de rebelião, mas, sim, de contra-revolução, pois o que se processava no Brasil era uma autêntica revolução”. (O Globo, 09 abr. 1964, p. 06)

O GLOBO E O GOLPISMO ATÁVICO: ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE GOLPES POLÍTICOS NA CAPA DO JORNAL

verdadeiro atalho no processo do crescimento revolucionário (Bonanate, 1998, p.1242 e 1243).

O termo também foi utilizado pelos presidentes-generais e pelo jornal durante o regime militar (1964-1985) para caracterizar a luta armada contra ditadura instalada no país. Na edição de 24 de julho de 1971, O Globo destaca entrevista com estudante preso por “atividade subversivas” com o título “Ex-terrorista: Se eu pudesse passaria uma borracha no passado” (O Globo, 24 jul. 1971, p. 05).

No caso do “golpismo”, o silenciamento pode ser verificado no léxico da palavra, sem perdas à análise de discurso proposta neste artigo. Apesar de ter como base a palavra “golpe”, “golpismo” tem no sufixo *-ismo* (da mesma constelação sufixal de *-ista*, de “golpista”) um aspecto “depreciativo”, igualmente como no vocábulo “entreguismo” (Sandmann, 1989, p. 42). Nos dois casos, a escolha das cinco expressões, silencia o termo “golpe”, palavra que remete à memória tanto do processo contra Dilma, quanto à ruptura institucional de 1964, momentos que o assujeitamento do sujeito jornal à ideologia favorável ao golpe esteve mais evidente sob a ótica da AD ou das teorias estruturalista e interacionista.

Considerações Finais

Um dos valores da AD está nas faces como teoria e como metodologia. A duplicidade permite criar dispositivos de análise de discursos na verificação de elementos da história, da memória e da ideologia que (se) materializam (no discurso) o sentido. Nesta análise, a presença/ausência da palavra “golpe”, foi o dispositivo usado para observar o deslocamento do sujeito jornal, o diálogo com os definidores primários e o próprio assujeitamento do discurso que o constitui. O movimento provocado por mudanças nas condições de produção, permanentemente atravessado pela memória de rupturas institucionais, é circular em torno justamente do

golpismo atávico próprio à constituição do Estado brasileiro. Observa-se uma tensão contínua entre política de silêncio e uso de “golpe”, seja por ironia ou no lapso provocado pelo choque entre o sentido negativo da expressão para ruptura de 1964, momentaneamente “estabilizado” e aceito pela História e, tardiamente, pelo jornal, e o sentido negativo do processo contra Dilma, rechaçado pelo jornal.

O corpus aqui trabalhado, o discurso sobre o golpe durante um período de quase seis décadas, apesar de estar em harmonia com o processo contínuo discurso, dispersa a análise. A tentativa de golpe diluída no período entre 2019 e o 8 de janeiro de 2023 está (sendo) materializada em discursos na imprensa e nas redes. Analisar como esse discurso foi (e está sendo) constituído e os comparar com o discurso do golpe de 1964 pode ajudar no entendimento de como a ideologia materializada pelo sujeito jornal se apresenta de “forma” e por “conteúdo” distintos conforme o contexto imediato (circunstâncias da enunciação) que se apresenta, sem alterar sua essência, apesar de novo contexto sócio-histórico e ideológico, ou seja, as condições de produção. Uma pergunta que surge, cuja resposta está nos deslocamentos do sujeito (jornal) sempre quando sua posição (de poder) sofre ameaças, é: que ideologia que perpassa o jornal quando diz (ou não diz) “golpe”?

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Tradução Joaquim José de Maura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.

BARBÉ, Carlos. **Golpe de Estado**. In: Dicionário de política I Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

**O GLOBO E O GOLPISMO ATÁVICO: ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE GOLPES POLÍTICOS
NA CAPA DO JORNAL**

BONANATE, Luigi. **Terrorismo**. In: Dicionário de política I Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BENETTI, Marcia. **A ironia como estratégia discursiva da revista Veja**. *Líbero*, ano 10, n. 20, dez. 2007, pp. 37-46.

BREED, Warren. **Social control in the newsroom**: A functional analysis. *Social Forces*, v. 33, n. 4, p. 326-335, maio 1955.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Coord. Trad. Fabiana Komesu. 3ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2020.

DIAS, Luciano S. Rodrigues. **O golpe hoje**: Análise do discurso em comemoração ao 31 de março, na mídia, da tragédia de 1964 à farsa de 2019 . Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. 277 f. : il.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia** / José Luiz Fiorin. 1.ed. (rev. e atualizada). São Paulo: Ática, 2011.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987.

INDURSKY, F. **Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura**. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S. B. (Orgs.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. 1ª. Ed. Pelotas: Educat, 2001, p. 27-42.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 6ª edição. Campinas, SP; Editora Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990. Or. *Délimitations, inversions, déplacements*. *L'Homme et la Société* (63/64), p. 53-69, 1981.

PÊCHEUX, M.. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. **A propósito da Análise Automática do Discurso**: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed. Campinas: editora da Unicamp, 1997.

PINTO, Eduardo Costa. **Bolsonaro e os quartéis**: a loucura com método. Texto para Discussão do IE/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 6, p. 1-29, mar. 2019.

MACHADO, Marcia Benetti e Nilda Jacks. **O discurso jornalístico**. Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MENDES, Larissa de Moraes Ribeiro Mendes; DIAS, Luciano Sebastião. **Uma análise da disputa discursiva em torno da memória e da história do Golpe de 1964**. Revista Mediação, Universidade FUMEC, v. 23/24, n. 33/34, p. 69-80, jan-jun 2021/22.

SCHEEFFER, Fernando. **A alocação dos partidos no espectro ideológico a partir da atuação parlamentar**. E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, Brasília, v. 11, n. 27, pág. 119-142, set./dez. 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, volume I. Florianópolis, Insular, 2004.